

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2001
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

O ano de 2001 representou para a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – Saelpa o seu primeiro ano de atividades como empresa privada. Após a sua privatização, em novembro de 2000, a empresa passou por uma grande transformação, divulgando a sua nova marca, que simbolizou o compromisso da administração em se empenhar, a cada dia, na implantação de novos processos administrativos na Companhia, com o estabelecimento de uma política voltada para proporcionar aos seus quase 773 mil consumidores um padrão cada vez melhor de atendimento e qualidade dos serviços prestados, com menores custos.

Nesse contexto, a administração da Saelpa coloca à apreciação dos Senhores Acionistas as principais ações implementadas ao longo de 2001, bem como os resultados alcançados, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1. Aspectos Administrativos e a conjuntura nacional

O exercício foi marcado pelo racionamento, determinado em face da impossibilidade de geração e transmissão de energia elétrica para atender plenamente às demandas do mercado, o que exigiu das empresas distribuidoras um extraordinário esforço de ajustamento e adequação dos seus programas e orçamentos para enfrentar essa adversidade. Para cumprimento do disposto nas resoluções da GCE – Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, pertinentes ao racionamento de energia elétrica, a Saelpa constituiu uma equipe interdepartamental para coordenar as ações do programa, analisar as solicitações dos consumidores, bem como atender à fiscalização e acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica. Programas de treinamento para atendentes, novos sistemas computacionais e ampliações do call center se fizeram necessários, bem como a mobilização da opinião pública, em parceria com diversos órgãos e entidades, visando a consecução plena das metas estabelecidas. A despeito desse conturbado cenário, a Saelpa registrou importantes conquistas em 2001.

A Saelpa passou por uma profunda reformulação estrutural em 2001. A sede da empresa, na capital em João Pessoa, que ocupa uma área de 65.000 m², vem sendo totalmente reformada. Os quatro blocos principais, que somam quase 5.500 m², estão sendo remodelados, o que irá proporcionar mais qualidade de vida no trabalho para todos os empregados. No mesmo diapasão, a empresa vem reformando todas as suas 49 agências de atendimento aos consumidores, das quais 29 já totalmente concluídas. Os investimentos na reforma e ampliação do complexo imobiliário da empresa envolverão recursos da ordem de R\$3,5 milhões, distribuídos num período de 12 meses entre junho de 2001, início das obras, e maio de 2002, término previsto das reformas.

Na área de informática, a empresa renovou totalmente o seu parque de equipamentos, implantando uma moderna rede de computadores, com cerca de 30 novos sistemas computacionais em linguagem de última geração. Foram ligadas online com os servidores da sede da empresa 48 agências de atendimento, dando maior agilidade e confiabilidade nas informações, com mais qualidade no atendimento ao consumidor. Os investimentos atingiram R\$6,0 milhões.

Na área de recursos humanos, a empresa implantou um Programa de Desligamento Voluntário, ao qual aderiram 402 empregados, que se concentravam basicamente nas atividades meio da

empresa. Esse programa demandou recursos da ordem de R\$8 milhões. Por outro lado, foram admitidos 293 novos empregados no ano, direcionados principalmente para as atividades fins da empresa. A empresa encerrou o exercício com um quadro de pessoal de 1.157 empregados, contra 1.304 no ano anterior. A empresa também desenvolveu um extenso programa de treinamento para seus empregados, que representou 3,88% da sua força de trabalho. Foram 83.622 homens-hora treinados, cerca de 70 horas por empregado, um recorde na história da Saelpa.

Dentre outras medidas administrativas, merece ser destacada a revisão de contratos de locação imóveis e veículos, limpeza/conservação, vigilância, serviços de autônomos, que foram renegociados ou cancelados. Para renovação e ampliação da frota da empresa foram adquiridos 191 novos veículos, com um investimento de R\$5,5 milhões, o que ensejou o cancelamento dos contratos de locação de veículos, representando uma economia de cerca de R\$2,0 milhões por ano.

No sistema elétrico da empresa, destacam-se também os seguintes investimentos:

- o início do projeto de automação das 50 subestações da Saelpa, cujos investimentos atingirão R\$6,1 milhões;
- o início de implantação do “Sistema de Gerenciamento de Rede de Distribuição – SIGREL”, envolvendo recursos da ordem de R\$1,0 milhão. Esse sistema permitirá o detalhamento e o monitoramento de todas as instalações elétricas da empresa;
- a implementação de uma política mais agressiva de negociação de débitos e uma ação abrangente e rígida na suspensão de fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, visando a redução da inadimplência. Como resultado, registrou-se em 2001 uma arrecadação 1,03 % a mais que o valor de todas as contas faturadas no período;
- a instalação de cerca de 81 mil medidores de energia elétrica em unidades consumidoras até então sem medição;
- o programa de combate à fraude, com inspeção de unidades consumidoras;
- a construção das subestações Mataraca e Pedra Lavrada em 69/13,8 kV, envolvendo recursos da ordem de R\$1,0 milhão;
- a reforma e construção de linhas de transmissão e distribuição, demandando recursos da ordem de R\$5,1 milhões;
- a reforma de 14 subestações do sistema elétrico da empresa; e
- os serviços de reforma e manutenção das redes de distribuição, visando a redução contínua dos índices DEC e FEC, situados, em 2001, respectivamente, em 21,31 (34,13 em 2000) e 14,15 (26,11 em 2000).

Essas e outras realizações da Saelpa no exercício resultaram em investimentos de R\$44.740 mil, ou seja, 3,6 vezes maiores que os de 2000.

A seguir, resumem-se alguns indicadores de produtividade e informações relativas ao desempenho econômico - social da Saelpa:

Indicadores de Produtividade

Descrição	2001	2000	1999	1998	1997
Número de Empregados	1.157	1.304	1.379	1.456	1.641
Número de Consumidores	772.985	719.708	703.241	673.027	654.634
Número de Consumidores / Empregado	668	552	510	462	399

Balanço Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2001	2000
1.1 - Receita Operacional Líquida	312.379	245.073
1.2 - Lucro Operacional	(19.486)	(141.030)
1.3 - Folha de Pagamento	32.602	27.227
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	2.347	2.530
2.2 - Encargos Sociais	6.513	7.214
2.3 - Previdência Privada	2.788	2.116
2.4 - Saúde	982	807
2.5 - Educação	516	242
2.6 - Outros Benefícios	1.127	580
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.6)	14.273	13.489
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	65.146	61.893
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	264	122
3.3 – Investimentos em Meio Ambiente	138	-
3.4 - Programa Luz no Campo	1.888	1.147
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	462	-
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	67.898	63.162
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	1.157	1.304
4.2 - Nº de admissões durante o período	313	1

Os programas para extensão de redes às áreas de periferia, cujas aplicações excedem as obrigações legais, destacam-se, em 2001, entre as ações de cidadania da Saelpa. Um total de 11.749 instalações foram ligadas à rede, em decorrência dessas ações, que permitiram não apenas levar o conforto da energia às áreas carentes, mas, também, eliminar conflitos e propiciar maior segurança às populações atingidas no âmbito desses programas.

A empresa também se fez presente nos eventos tradicionais do Estado, destacadamente aqueles relativos aos festejos de São João e nos diversos eventos do chamado *Carnaval fora de época*, característica nordestina, que têm apresentado uma repercussão em nível nacional e significativo incremento das atividades turísticas.

2 – Mercado de Energia Elétrica

O ano de 2001 representou para as distribuidoras de energia elétrica dois momentos distintos: antes do racionamento e com o racionamento. Particularmente para a Saelpa, **nos cinco primeiros meses** do ano, as vendas físicas de energia elétrica aos seus consumidores finais apresentaram um **crescimento** de 5,2 % em relação ao mesmo período de 2000, porém nos meses de **junho a dezembro de 2001**, com a implementação do plano de racionamento de energia elétrica, esse mesmo mercado mostrou uma **redução** de 13,8 % no consumo de energia, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Nesse período do racionamento, a classe residencial foi a que apresentou a maior queda no consumo (-21,0 %). Em seguida aparece a classe comercial, com redução de 17,1 % no consumo. Por sua vez, o consumo da classe industrial caiu 7,5 %. Conseqüentemente, nos doze meses desse exercício o consumo de energia elétrica na área de concessão da empresa reduziu-se em 5,9 %, em relação a 2000.

A Saelpa encerrou o exercício com 772.985 consumidores, 7,4 % a mais que em 2000. O consumo de energia elétrica no seu mercado próprio foi de 1.953 GWh.

Recentemente foi firmado acordo entre o Governo Federal e as empresas de geração e distribuição de energia elétrica, no qual foi constituído e reconhecido no exercício de 2001 uma recomposição tarifária extraordinária, que visa compensar as perdas de receitas provenientes do racionamento. Para efeitos dessa compensação, no final de dezembro de 2001, o Governo autorizou reajustes nas tarifas de energia elétrica, à razão de 2,9% para os consumidores da classe residencial e rural e de 7,9% para os consumidores da classe comercial, industrial e do setor público, de forma a amortizar esse ativo. Com isso, a receita operacional bruta da Saelpa atingiu R\$378.941 mil, significando um acréscimo de 21,9 % em relação a 2000. Nessa receita, incluem R\$77.350 mil referentes à constituição desse ativo. Em fevereiro de 2001, as tarifas de fornecimento da Saelpa foram reajustadas em 12,60 % e as de suprimento em 16,33 %.

3 - Resultados econômico-financeiros

Os esforços de racionalização de custos e uma eficaz supervisão de serviços conduzidos pela Saelpa, envolvendo pessoal, material, serviços de terceiros, entre outros, trouxeram resultados. As despesas controláveis por consumidor mostram uma redução de 2,3 %, passando de R\$86,3, em 2000, para R\$84,3, em 2001. Apesar dessa redução, mas em face da contabilização de despesas de compra de energia elétrica no MAE – Mercado Atacadista de Energia, no montante de R\$63.862 mil, a Saelpa registrou em 2001 um prejuízo de R\$13.281. Com isso, o patrimônio líquido da Saelpa reduziu de R\$108.488 mil, em dezembro de 2000, para R\$98.474 mil, em dezembro de 2001, o que representa R\$0,13 por ação do seu capital social.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2001 e 2000**
(em milhares de reais)

	2001	2000
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	378.941	310.829
Receitas não operacionais	455	277
Menos Insumos :		
Custo da energia comprada	222.250	103.126
Transporte de potência elétrica	21.956	20.269
Serviços de terceiros	20.029	16.741
Materiais	5.474	3.730
Outros custos operacionais	3.465	7.646
	<u>273.174</u>	<u>151.512</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>106.222</u>	<u>159.594</u>
Quotas de reintegrações	13.433	12.483
Provisão (reversão) para contingências	(5.664)	85.484
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	(5.860)	66.692
	<u>1.909</u>	<u>164.659</u>
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>104.313</u>	<u>(5.065)</u>
Receitas financeiras	12.770	6.263
IR e contribuição social diferida	6.011	47.837
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>123.094</u>	<u>49.035</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	34.726	33.867
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	65.146	61.893
Transferências intra-setoriais	10.799	11.021
Juros	24.002	35.017
Aluguéis	1.702	1.028
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(13.281)</u>	<u>(93.791)</u>
	<u>123.094</u>	<u>49.035</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2001</u>	<u>2000</u> (Não auditado)
CIRCULANTE		
Numerário disponível	3.010	4.521
Consumidores e concessionários	154.529	145.280
Títulos de créditos a receber	15.129	6.431
Créditos renegociados	39.176	24.478
Recomposição tarifária extraordinária	25.854	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73.942)	(81.839)
Outros créditos	672	3.345
Estoques	2.350	2.798
Impostos a recuperar	13.687	2.096
Despesas pagas antecipadamente	<u>2.225</u>	<u>34</u>
	<u>182.690</u>	<u>107.144</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Recomposição tarifária extraordinária	51.709	-
Títulos de créditos a receber	4.266	5.078
Créditos renegociados	28.007	57.996
Créditos com partes relacionadas	6.587	-
Impostos a recuperar	5.833	-
Créditos tributários	92.914	88.512
Depósitos judiciais	10.703	7.730
Despesas pagas antecipadamente	2.482	-
Outros	<u>11.854</u>	<u>815</u>
	<u>214.355</u>	<u>160.131</u>
PERMANENTE		
Investimentos	189	158
Imobilizado	212.495	183.486
Diferido	<u>1.820</u>	<u>-</u>
	<u>214.504</u>	<u>183.644</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>611.549</u>	<u>450.919</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em milhares de reais)

PASSIVO	<u>2001</u>	<u>2000</u>
		(Não auditado)
CIRCULANTE		
Fornecedores	116.059	19.165
Folha de pagamento	1.454	1.871
Tributos e contribuições sociais	67.052	47.970
Empréstimos e financiamentos	45.175	14.923
Encargos de dívidas	19	131
Obrigações estimadas	2.887	2.175
Encargos do consumidor a recolher	2.902	1.862
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.384	3.163
Outras Contas a pagar	7.943	2.114
	<u>246.875</u>	<u>93.374</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	17.316	-
Empréstimos e financiamentos	16.702	17.383
Tributos e contribuições sociais	54.198	96.204
Débitos com partes relacionadas	57.409	-
Provisões para contingências	78.120	90.784
Provisões do déficit atuarial da Funasa	24.297	33.489
Outros	7.284	815
	<u>255.326</u>	<u>238.675</u>
Obrigações vinculadas à concessão	10.874	10.382
	<u>266.200</u>	<u>249.057</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reserva de capital	2.994	2.994
Prejuízos acumulados	(85.921)	(75.907)
	<u>98.474</u>	<u>108.488</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>611.549</u></u>	<u><u>450.919</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por mil ações)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Receita operacional		(Não auditado)
Fornecimento de energia elétrica	354.789	270.944
Suprimento de energia elétrica	20.943	37.732
Outras receitas	<u>3.209</u>	<u>2.153</u>
	378.941	310.829
Deduções à receita operacional		
Quota para reserva global de reversão - RGR	4.018	3.863
ICMS faturado	49.056	50.495
Pis e cofins	<u>13.488</u>	<u>11.398</u>
	<u>66.562</u>	<u>65.756</u>
Receita operacional líquida	<u>312.379</u>	<u>245.073</u>
Despesa (receita) operacional		
Pessoal	34.726	33.867
Material	5.474	3.730
Serviços de terceiros	20.029	16.741
Energia elétrica comprada para revenda	222.250	103.126
Transporte de potência elétrica	21.956	20.269
Depreciação e amortização	13.433	12.483
Quota para conta de consumo de combustível	6.781	7.158
Provisão para contingências	(5.664)	85.484
Provisão para devedores duvidosos	(5.860)	66.692
Outras despesas	<u>4.935</u>	<u>7.799</u>
	<u>318.060</u>	<u>357.349</u>
Resultado do serviço	<u>(5.681)</u>	<u>(112.276)</u>
Receita (despesa) financeira		
Renda de aplicações financeiras	52	367
Acréscimo moratório sobre contas de energia	6.572	3.073
Outras receitas financeiras	6.146	2.823
Encargos de dívidas	(19.861)	(22.424)
Outras despesas financeiras	<u>(6.714)</u>	<u>(12.593)</u>
	<u>(13.805)</u>	<u>(28.754)</u>
Resultado operacional	<u>(19.486)</u>	<u>(141.030)</u>
Receita não operacional	455	277
Despesa não operacional	<u>(261)</u>	<u>(875)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>(19.292)</u>	<u>(141.628)</u>
Contribuição social	1.288	11.623
Imposto de renda	4.723	36.214
Prejuízo do exercício	<u><u>(13.281)</u></u>	<u><u>(93.791)</u></u>
Prejuízo por mil ações - R\$	<u><u>(18,16)</u></u>	<u><u>(128,27)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
 (Em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Origens de recursos		(Não auditado)
De Terceiros		
Financiamentos captados	7.506	1.805
Empréstimos com partes relacionadas	57.409	-
Parcelamento de ICMS	-	46.975
Contribuição do consumidor	492	2.112
Redução do realizável a longo prazo	9.536	14.830
Total das origens	<u>74.943</u>	<u>65.722</u>
Aplicações de recursos		
Nas Operações		
Prejuízo do exercício	13.281	93.791
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	(13.433)	(12.483)
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(13.375)	(6.357)
Reversão (provisão) para contingências	12.664	(85.484)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.011	47.837
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo, líquida	34.393	-
Conta de variação de valores Parcela A - CVA	2.482	-
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	(474)	(265)
Outros	450	-
Total aplicado nas operações	<u>41.999</u>	<u>37.039</u>
Outras aplicações		
Nos investimentos	31	-
No imobilizado	42.670	12.463
No diferido	2.070	-
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	66.128	13.921
Total das aplicações	<u>152.898</u>	<u>63.423</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(77.955)</u>	<u>2.299</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	107.144	147.156
No fim do exercício	182.690	107.144
	<u>75.546</u>	<u>(40.012)</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	93.374	135.685
No fim do exercício	246.875	93.374
	<u>153.501</u>	<u>(42.311)</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>(77.955)</u>	<u>2.299</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Remuneração das imobilizações em curso	Lucros a realizar	Lucros retidos	Legal		
Saldos em 01 de janeiro de 2000	181.401	2.289	28.090	5.466	2.015	4.751	224.012
Remuneração das imobilizações em curso	-	705	-	-	-	-	705
Déficit atuarial - Funasa	-	-	-	-	-	(33.489)	(33.489)
Efeitos tributários sobre o déficit atuarial - Funasa	-	-	-	-	-	11.051	11.051
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(93.791)	(93.791)
Absorção de prejuízos	-	-	(28.090)	(5.466)	(2.015)	35.571	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000 (Não auditado)	181.401	2.994	-	-	-	(75.907)	108.488
Reversão déficit atuarial - Funasa	-	-	-	-	-	4.876	4.876
Efeitos tributários sobre a reversão do déficit atuarial - Funasa	-	-	-	-	-	(1.609)	(1.609)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(13.281)	(13.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2001	181.401	2.994	-	-	-	(85.921)	98.474

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba SAELPA é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 216 municípios do Estado da Paraíba, atendendo a aproximadamente 773 mil consumidores (não auditado do pelos auditores independentes).

A SAELPA teve o seu controle acionário (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total) adquirido, em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 30 de novembro de 2000, pela PBpart - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe S.A.– ENERGIPE.

A SAELPA apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2001 de R\$64.185. Este desequilíbrio decorre do Programa Emergencial de Racionamento, instituído pelo Governo Federal a partir de 01/06/2001 (nota 5), bem como a aquisição de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE (nota 6). Para fazer face a esse desequilíbrio, a SAELPA já tem programada entrada dos recursos no próximo exercício como segue:

- . financiamento do BNDES, referente à recomposição tarifária extraordinária (vide nota nº 5), no montante de R\$32.875 (líquido da parcela de curto prazo);
- . reembolso do Ministério das Minas e Energia, referente aos custos do Programa Emergencial de Racionamento, no valor de R\$4.598 (vide nota nº 27);
- . financiamentos em fase de contratação junto ao BNDES, referente a investimentos já realizados, no montante R\$25.600.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica”, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3. Sumário das principais práticas contábeis

- a) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, é reconhecido pelo regime de competência;
- b) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da Aneel;

- c) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- d) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- e) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimada dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- f) Em função do disposto nas Instruções Gerais 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos, conforme determinação do Poder Concedente;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) A SAELPA não apurou lucro tributável nos exercícios de 2001 e 2000. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que estarão vigentes quando da realização desses créditos;
- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- k) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- l) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência;
- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- n) A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da SAELPA se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela

A - CVA, Energia Elétrica Comprada e Vendida no Mercado Atacadista de Energia - MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensão.

4. Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 180 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2001	2000 (**)
Residencial	3.215	5.121	3.097	2.190	3.392	9.714	26.729	31.934
Industrial	2.493	1.168	853	1.003	2.155	13.323	20.995	20.111
Comércio, serviços e outras atividades	2.340	1.987	1.558	1.415	1.294	4.810	13.404	13.131
Rural	402	470	305	264	402	1.639	3.482	4.118
Poder público:								
Federal	1.350	673	878	1.153	2.001	9.996	16.051	4.287
Estadual	38	19	25	32	56	282	452	6.866
Municipal	96	48	62	83	143	709	1.141	4.899
Iluminação pública	946	584	822	1.126	2.469	24.948	30.895	27.341
Serviço público	1.206	133	1.305	29	60	205	2.938	2.503
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	7.730	2.079
Subtotal – consumidores	12.086	10.203	8.905	7.295	11.972	65.626	123.817	117.269
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	22.751	18.973
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	7.961	9.038
Total	12.086	10.203	8.905	7.295	11.972	65.626	154.529	145.280

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE (vide nota nº 6).

(**) Não auditado.

5. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Medida Provisória nº 14, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da Aneel, de 24 de janeiro de 2002, a SAELPA efetuou levantamento do montante da recomposição tarifária extraordinária, aplicável à todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através do ressarcimento das perdas de consumo observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho e 31 de dezembro de 2001.

A referida recomposição tarifária extraordinária se dará por meio da aplicação dos reajustes às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel:

- 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- 7,9% para os demais clientes.

A recomposição tarifária extraordinária no valor de R\$77.563, foi registrada como Receita de Fornecimento no exercício de 2001. Esse montante compõe-se de:

- R\$50.607 referente à diferença entre a receita estimada de acordo com os parâmetros definidos nas Resoluções acima e a receita auferida pela concessionária no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2001, afetada pela redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Em 11 de março de 2002, a SAELPA encaminhou à Aneel os cálculos da recomposição tarifária, os quais estão sujeitos à homologação pelo órgão regulador. Para que a SAELPA tenha direito a essa compensação, renunciou a qualquer pleito, judicial ou extrajudicial, relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto pela Medida Provisória nº 14 e pelas Resoluções nº 91, da GCE, e nº 31, da Aneel.

b) R\$26.956 referentes à energia disponibilizada pelos geradores livres, os quais dispunham de geração não comprometida em contratos. Essa energia foi denominada “energia livre”. Nesse montante incluem R\$984 relativos ao Pis e Cofins.

O valor referente à energia livre foi contabilizado como despesa operacional com base em comunicado aos agentes, divulgado em 13 de março de 2002 pela Asmae (órgão operador do MAE), no montante de R\$25.972, líquido do Pis e Cofins. Esse valor será repassado aos geradores.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, quanto à recomposição tarifária extraordinária, bem como o montante relacionado à energia livre, poderão resultar em ajustes relevantes nos valores registrados pela SAELPA. Os valores definitivos a serem divulgados deverão ser validados pela Aneel, conforme previsto em sua resolução nº 72, de 07 de fevereiro de 2002.

Como parte do acordo relativo à recomposição tarifária, a SAELPA irá pagar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF o valor integral do contrato inicial de fornecimento de energia elétrica, reduzidos pelo fator 0,9759, estabelecido pela Aneel. Esses valores montam, em 31 de dezembro de 2001, em R\$13.122. A soma desse valor e da energia livre, mencionada anteriormente, que totaliza R\$39.094, foi registrada no resultado do exercício, na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda e compõe o saldo da conta Fornecedores no Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo.

Será concedido à SAELPA financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como forma de adiantamento da compensação relativa à tarifa extraordinária, no valor de aproximadamente 90% do montante a ser ressarcido. Os recursos advindos do faturamento da recomposição tarifária extraordinária dos clientes da SAELPA serão integralmente destinados à quitação desse financiamento. A recomposição tarifária vigorará pelo período necessário à compensação do montante apurado.

6. Mercado Atacadista de Energia - MAE

Período	2001		2000 (*)	
	Venda	Compra	Venda	Compra
Jul/99 a Aco/00	395	71	7.898	71
Set/00 a Abr/01	14.363	540	10.651	-
Mai/01	2.384	-	-	-
Jun a Dez/01	-	69.730	-	-
Total	17.142	70.341	18.549	71

(*) Não auditado.

Os valores relativos a venda e a compra de energia estão registrados como a receber e a pagar, respectivamente, nas rubricas Consumidores e concessionárias (vide nota 4) e Fornecedores no Passivo Circulante.

Os valores referentes ao período de setembro de 2000 a abril de 2001, foram provisionados pela Administração da SAELPA com base nas informações disponibilizadas pelo MAE.

Nos demais meses de 2001, os saldos foram apurados levando em consideração as informações constantes do extrato fornecido pelo MAE, datado de 13 de março de 2002.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, pertinentes às operações no MAE, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela SAELPA.

7. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

As Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e a nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceram a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Posteriormente, a Aneel, pela Resolução nº 90 de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros e a definição do período para recuperação tarifária, este compreendido entre 01 de janeiro e 25 de outubro de 2001. Foram os seguintes itens incluídos pela SAELPA como componentes da "Parcela A".

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE e
- Encargos de conexão.

A SAELPA calculou os valores da CVA, no montante, de R\$3.626, cujo valor foi posteriormente atualizado pela variação da taxa SELIC, entre o pagamento e a data de encerramento do balanço, totalizando R\$ 3.723. Este valor foi registrado, na rubrica Despesas Pagas Antecipadamente, no curto e longo prazos, de acordo com as estimativas de realização. Em 11 de março de 2002, os cálculos da Parcela A contendo a atualização monetária até 25 de outubro de 2001, no montante de R\$855, foram encaminhados a Aneel e estão sujeitos a homologação pelo Poder Concedente.

8. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2001, estes créditos montam em R\$19.395, sendo R\$4.266 classificados no Realizável a Longo Prazo (R\$11.509 em 2000, sendo R\$5.078 classificados no Realizável a Longo Prazo). Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, R\$ 6.151 encontram-se vencidos há mais de 360 dias, para os quais a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

9. Créditos renegociados

Credora	Devedora	Crédito Renegociado	Crédito em 31/12/2001	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 31/12/2000 (*)
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	79.198	52.711	21	IGD-DI	64.155
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	18.171	<u>14.472</u>	21	IGD-DI	<u>18.319</u>
Total			<u>67.183</u>			<u>82.474</u>
Parcela de curto prazo			39.176			24.478
Parcela de longo prazo			28.007			57.996

(*) Não auditado.

Estes créditos referem-se ao consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em julho de 2000. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA, sendo interveniente repassador o Banco do Estado da Paraíba – Paraiban.

10. Impostos a recuperar

	<u>2001</u>	<u>2000 (*)</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6.960	8
.Imposto de Renda Retido na Fonte	-	74
.Imposto de Renda – IRPJ	8.515	1.332
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	3.567	627
.Programa de Integração Social – PIS	69	-
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	321	-
.Contribuições Previdenciárias	<u>88</u>	<u>55</u>
	<u>19.520</u>	<u>2.096</u>
Parcela de curto prazo	13.687	2.096
Parcela de longo prazo	5.833	-

(*) Não auditado

11. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita e despesa do exercício de 2001 e 2000, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
	<u>2001</u>	<u>2000 (*)</u>	<u>2001</u>	<u>2000 (*)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.292)	(141.628)	(19.292)	(141.628)
Adições permanente	<u>398</u>	<u>(3.228)</u>	<u>3.174</u>	<u>(3.659)</u>
Base de cálculo	(18.894)	(144.856)	(16.118)	(145.287)
Alíquotas fiscais	25%	25%	8%	8%
Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>4.723</u>	<u>36.214</u>	<u>1.288</u>	<u>11.623</u>

(*) Não auditado.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a SAELPA possuía créditos tributários a compensar, relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme natureza e valores a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2001	2000 (*)	2001	2000 (*)
Prejuízo fiscal/base negativa	159.585	115.170	126.088	84.454
Adições temporárias:				
Provisão para contingências	64.524	85.484	64.524	85.484
Provisão para devedores duvidosos	24.657	28.766	24.657	28.766
Déficit atuarial deliberação CVM nº 371	28.162	33.489	28.162	33.489
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	16.629	16.629	637	637
Total	293.557	279.538	244.068	232.830
Alíquota aplicada	25%	25%	8%	8%
Créditos tributários (Imposto de renda e contribuição social)	73.389	69.885	19.525	18.627

(*) Não auditado.

A Administração da Companhia baseada nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos nos próximos 9 anos.

12. Transações com partes relacionadas

	Pbpart Ltda SE 2 Ltda	Energipe S/A	Cia. Energética da Borborema	Energisa S/A	Cia de Eletricidade de Nova Friburgo	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Total 31/12/2001
. Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	(100)	(33.415)	6.587	(421)	(328)	(23.145)	(50.822)
. Prestação de serviços	-	-	-	-	-	(357)	(357)
. Aquisição de softwares	-	-	-	-	-	(1.500)	(1.500)
. Energia elétrica fornecida	-	3.602	36	-	-	6.927	10.565
. Receitas (despesas) financeiras	-	(4.189)	260	(12)	(14)	(677)	(4.632)

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis com o mercado. As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da Aneel.

As prestações de serviços, referentes às áreas administrativas e de apoio e a aquisição de softwares de sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos, foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e foram submetidos ao conhecimento e a aprovação da Aneel.

Os valores relativos a energia fornecida estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

13. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2001	2000 (*)
	(%)		
Em serviço:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações	2,5 a 7,7	236.126	228.696
Comercialização	4	44.606	36.816
Administração	4, 10 e 20	13.342	5.830
		<u>294.074</u>	<u>271.342</u>
Depreciação acumulada:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		(93.601)	(82.928)
Comercialização		(15.303)	(13.853)
Administração		(2.988)	(2.298)
		<u>(111.892)</u>	<u>(99.079)</u>
Em curso:			
Distribuição:			
Linhas, redes e subestações		29.405	8.672
Comercialização		503	1.593
Administração		405	958
		<u>30.313</u>	<u>11.223</u>
Total		<u>212.495</u>	<u>183.486</u>

(*) Não auditado.

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações, utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

14. Diferido

	2001
Custo de aquisição de softwares	2.070
Amortização acumulada	(250)
	<u>1.820</u>

15. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com a Instrução Geral n.º 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e, a Instrução CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso, os seguintes valores:

	2001	2000 (*)
Encargos financeiros contabilizados no resultado	19.861	22.452
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	(28)
Líquido	<u>19.861</u>	<u>22.424</u>

(*) Não auditado.

16. Empréstimos e financiamentos

	<u>2001</u>	<u>2000 (*)</u>
.Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR e IGP-M (Eletrobras)	12.729	23.390
.Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	6.506	6.973
.Em moeda nacional, com juros de 12% a.a. e atualização pelo IGPM (Chesf)	-	1.943
.Em moeda nacional, com juros de até 11,59% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Banco Bradesco, Mercantil, Rural, BBM e HSBC)	41.598	-
.Em moeda nacional, com juros de até 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Banco HSBC)	1.044	-
Total	<u>61.877</u>	<u>32.306</u>
.Parcela de curto prazo	45.175	14.923
.Parcela de longo prazo	16.702	17.383

(*) não auditado

O financiamento obtido junto à Eletrobras está garantido com vinculação da receita própria da Companhia.

Os financiamentos obtidos junto as demais instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita e/ou notas promissórias emitidas a favor das instituições.

Em 2001, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

2003	6.464
2004	4.924
2005	2.588
2006	983
2007	697
Após 2007	<u>1.046</u>
	<u><u>16.702</u></u>

17. Tributos e contribuições sociais

	<u>2001</u>	<u>2000 (*)</u>
ICMS parcelamento	94.734	116.621
ICMS corrente	5.029	4.463
Encargos Sociais	1.055	712
Cofins e Pis corrente	1.949	1.302
Refis	18.184	20.957
Outros	299	119
Total	<u>121.250</u>	<u>144.174</u>
Parcela de curto prazo	67.052	47.970
Parcela de longo prazo	54.198	96.204

(*) Não auditado

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

A Companhia, em 15 de julho de 2000, parcelou junto ao Governo do Estado da Paraíba seu débito fiscal de ICMS, no montante de R\$125.154, referente ao saldo devedor do processo nº 7.838/98 e do ICMS do período de dezembro de 1998 a fevereiro de 2000. O débito consolidado foi parcelado em 36 meses, a partir de sua formalização, sendo atualizado pela variação mensal do IGP-DI. Em 31 de dezembro de 2001, este débito

monta em R\$ 94.734 (R\$ 38.992 no Exigível a Longo Prazo), a ser pago em 20 parcelas mensais e consecutivas.

b) Programa de recuperação fiscal (Refis)

A Companhia aderiu, em março de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei n.º 9.964, de abril de 2000.

Apresenta-se a composição/movimentação deste débito fiscal:

	2001	2000 (*)
Valor do débito fiscal	20.957	22.359
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	1.686	1.621
(-) Pagamentos efetuados no exercício de 2000	(4.459)	(3.023)
(=) Saldo da dívida	<u>18.184</u>	<u>20.957</u>
Parcela de curto prazo	2.977	2.804
Parcela de longo prazo	15.207	18.153

Pelas projeções da Companhia, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 56 meses.

18. Obrigações vinculadas à concessão

	2001	2000 (*)
Contribuições do consumidor	7.147	6.655
Participação da União	3.727	3.727
	<u>10.874</u>	<u>10.382</u>

(*) Não auditado.

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, não devem ser considerados por não se tratarem de dívidas efetivas.

19. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

. Classe A – Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe;

. Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no estatuto social.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, e a constituição de uma reserva de 5% do lucro líquido, limitada a 80% do capital social que destina-se a ampliação e renovação de instalações e investimentos.

20. Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000 (*)
Residencial	675.031	636.337	637.755	720.563	119.749	121.045
Industrial	4.961	4.604	623.687	629.247	60.199	58.360
Comercial	58.891	52.451	282.695	303.777	50.022	46.555
Rural	23.779	16.110	75.309	65.756	6.568	5.277
Poder público:						
Federal	347	363	21.771	30.417	6.737	4.227
Estadual	1.827	1.805	29.666	41.616	5.404	6.789
Municipal	6.757	6.522	37.372	28.275	3.689	4.785
Iluminação pública	560	743	114.536	128.067	11.965	11.947
Serviço público	670	594	128.005	121.815	13.971	11.987
Consumo próprio	159	170	1.907	4.724	-	-
Subtotal	772.982	719.699	1.952.703	2.074.257	278.304	270.972
ICMS	-	-	-	-	(49.056)	(50.495)
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	77.563	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(34.197)	(4.037)	(1.078)	(28)
Suprimento de energia elétrica	3	9	144.910	601.213	20.943	37.732
Outros serviços taxados	-	-	-	-	3.209	2.153
Total	772.985	719.708	2.063.416	2.671.433	329.885	260.334

(*) Não auditado.

21. Remuneração dos Administradores.

A rubrica "Despesas de pessoal" inclui o montante de R\$1.012 (R\$756 em 2000), referente a remuneração dos administradores.

22. Provisões para Contingências

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingências	2001			2000 (*)		
	Valor da provisão		Depósitos e caucões vinculados	Valor da provisão		Depósitos e Cauções vinculados
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	(12.100)	31.584	8.720	42.227	43.684	5.239
Cíveis						
Consumidores	(273)	26.025	1.983	22.455	26.298	2.491
Fiscais						
INSS	-	8.332	-	8.332	8.332	-
ICMS	-	2.679	-	2.679	2.679	-
COFINS	-	5.669	-	5.669	5.669	-
Outros	(291)	3.831	-	4.122	4.122	-
Subtotal	(291)	20.511	-	20.802	20.802	-
TOTAL	(12.664)	78.120	10.703	85.484	90.784	7.730

(*) Não auditado.

No exercício de 2001, do montante de R\$12.664, revertido de provisão, R\$7.000 está contabilizado na rubrica de "despesa operacional - pessoal" e R\$5.664 em provisão

para contingências.

23. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

24. Instrumentos financeiros

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da SAELPA e empresas do grupo.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes as operação com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A SAELPA não tem financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da SAELPA vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias . Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a SAELPA monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Taxa de Juros

Possibilidade de a SAELPA vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A SAELPA não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a SAELPA monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

25. Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Saelpa é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição

estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se a característica do plano de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2001	2000		2001	2000 (**)
Saelpa	Funasa	2.788	1.471	13,80	(*) (28.162)	(33.489)

(*)R\$3.865, foi contabilizado no Passivo Circulante em Outras contas a pagar e R\$24.297 no Exigível a longo prazo.

Segue, a posição atuarial do plano patrocinado pela Companhia:

	2001	2000(**)
Reservas matemáticas		
Benefícios concedidos	49.654	42.974
Benefícios a conceder:		
.Benefícios do plano com geração atual	39.333	40.909
.Outras contribuições da geração atual	(8.821)	-
	<u>30.512</u>	<u>40.909</u>
	80.166	83.883
.Perdas atuariais não reconhecidas	3.105	-
Ativo líquido do plano	<u>48.899</u>	<u>50.394</u>
Déficit acumulado	<u>(28.162)</u>	<u>(33.489)</u>

(**) Não auditado.

A avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2001 resultou em uma redução da provisão anteriormente constituída em R\$4.876 com o correspondente efeito tributário de R\$1.609. O ajuste efetuado foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido, não impactando o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, conforme disposições da Instrução CVM nº 371 para o registro destes valores até 31 de dezembro de 2001.

Premissas atuariais:

Taxa real anual de juros	6%
Projeção de crescimento real de salário	1%
Tábua de mortalidade geral de válidos	GAMT 71
Tábua de mortalidade geral de inválidos	Ex-IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB - 57
Despesa prevista para 2002	3.865

26. Concessão do serviço público de energia elétrica

Através de Decreto Presidencial, de 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à SAELPA a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

27. Programa Emergencial - Racionamento

Devido ao baixo nível das principais bacias hidrográficas brasileiras observado no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, a partir de 1º de junho de 2001, um programa de racionamento de energia. As principais medidas adotadas podem ser assim resumidas:

- a) cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumprissem a meta de redução de consumo, definida inicialmente em uma redução de 20%;
- b) distribuição de bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentassem redução superior à meta estabelecida;
- c) autorização aos consumidores das classes industrial e comercial para realizarem diretamente compra e venda de energia elétrica, através da emissão de certificados de energia e/ou transações bilaterais, para cobertura dos excedentes às suas respectivas metas de consumo ou comercialização de suas sobras mensais. Os certificados recebidos/emitidos foram registrados pela Companhia no MAE.

A Saelpa contabilizou os seguintes valores de custos a reembolsar, sobretaxa e bônus:

	2001
Custos do racionamento – (Outros – Realizável a longo prazo)	1.413
Sobretaxa – (Outros – Exigível a longo prazo)	(6.583)
Bônus – (Outros - Realizável a longo prazo)	9.768
Total a reembolsar	<u>4.598</u>

28. Resultado por atividade

A Companhia somente exerce a atividade de distribuição de energia elétrica. Dessa forma, as demonstrações de resultado atendem ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA:

(1) Examinamos o balanço patrimonial SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA – SAELPA em 31 de dezembro de 2001 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA em 31 de dezembro de 2001 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) Conforme comentado nas Notas 5, 6 e 7, a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. Adicionalmente, registrou contas a receber relacionadas a recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória nº 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional) e Resolução nº 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Estes valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão do CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela ANEEL.

(5) As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2000 não foram examinadas por auditores independentes e estão sendo apresentadas apenas para fins comparativos.

João Pessoa, 27 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-PB

José Domingos do Prado
Sócio-Diretor Responsável
Contador – CRC – SP185087/O-0-S-PB